

Estado constata uso

sexta-feira, 14/12/90 • Cidade • 3

indevido de marcapasso

Luiz Morier

Auditoria realizada pela Secretaria estadual de Saúde confirmou denúncia do cirurgião vascular David Spichler de que marcapassos definitivos foram implantados, sem necessidade, em nove pacientes do Inamps, pelas equipes dos cirurgiões Edson Nunes e Domingos Junqueira, do Hospital Adventista Silvestre. De acordo com o subsecretário estadual de Saúde, Felipe Cardoso, a conclusão inicial dos auditores, que analisaram os exames dos 10 pacientes que receberam marcapassos entre 19 de setembro e 17 de outubro, é que, na maioria dos casos, não havia indicação técnica para a cirurgia.

A diretoria-geral do Inamps determinou outra investigação. "Nós fizemos uma avaliação técnica preliminar e verificamos a necessidade da auditoria", disse, em Brasília, o gerente de Controle e Avaliação do Inamps, Cícero Lotário. Ele emitiu na quarta-feira parecer favorável à auditoria e acredita que, na próxima semana, todos os documentos já estarão na Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle do Rio de Janeiro, que ficará responsável pela investigação do caso.

De 10 marcapassos implantados no Hospital Silvestre, entre 19 de setembro a 17 de outubro, nove não tinham indicação técnica, conforme denúncia do cirurgião David Spichler, então coordenador do Centrocardíaco, órgão criado pela Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS)

para controlar procedimentos em tratamentos cardíacos. Com base em laudos de três cardiologistas, David Spichler negou aos médicos do Silvestre autorização para o implante de marcapassos em nove de 10 pacientes. No entanto, antes mesmo de pedir a autorização, as equipes do Silvestre já haviam feito as cirurgias.

Quando a denúncia foi publicada pelo JORNAL DO BRASIL, no dia 19 de novembro, a secretaria estadual de Saúde, Maria Manoela Alves dos Santos, garantiu que, se as acusações fossem confirmadas, o Hospital Silvestre seria descredenciado do Inamps. As medidas só serão tomadas, segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Saúde, depois que o presidente da auditoria, o superintendente dos Serviços de Saúde do estado, Valmi Peçanha, entregar o relatório oficial à CIS.

A auditoria do Inamps será presidida, segundo Cícero Lotário, pelo gerente-regional de Assistência à Saúde, Raimundo Pessoa. Dentro de 20 dias deverá ser instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Vereadores para apurar as denúncias. A CPI, cuja criação foi aprovada na quarta-feira em sessão plenária, será presidida pela vereadora Laura Carneiro (PSDB). O vereador e cardiologista Fernando Williams (PDT) será o relator da comissão, que terá mais três integrantes, ainda não escolhidos.

Paulo Nicolella



Comissão do CRM, com Vaz de Mello (C) à frente, esteve no hospital